

**MARCAS PRETÉRITAS COMO CAMINHO PARA O
RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO NO PARQUE
NACIONAL DA TIJUCA, RJ¹**

**PAST MARKS AS A PATH TO HERITAGE
RECOGNITION IN TIJUCA NATIONAL PARK, RJ**

**MARCAS DEL PASADO COMO CAMINO HACIA EL
RECONOCIMIENTO DEL PATRIMONIO EN EL PARQUE
NACIONAL TIJUCA, RJ**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2024.i2.p.13-32

Vicente Leal E. Fernandez

Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e em Ecoturismo e Conservação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
vicenteleal.puc@gmail.com

Eloise Silveira Botelho

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
eloise.botelho@unirio.br

Alexandro Solórzano

Doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília (UnB)
alexandrosol@gmail.com

RESUMO

O Parque Nacional da Tijuca (PNT) é composto em grande parte por uma floresta secundária que retém sob seu dossel múltiplas marcas pretéritas. Em alguns casos, esses legados contêm elementos que os aproximam da noção de patrimônio, representando a identidade de diferentes grupos sociais, principalmente aqueles invisibilizados, como é o caso de pessoas negras escravizadas e seus descendentes, que testemunham os resquícios da colonização pelo qual passaram países do sul global e da diáspora africana. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo identificar marcas pretéritas na paisagem do PNT com potencial para serem reconhecidas como patrimônio por meio do ecoturismo. Com isso, identificamos três marcas a serem reconhecidas no PNT: caminhos calçados de pedra; antigas carvoarias; e figueiras (*Ficus spp.*) remanescentes. O patrimônio abordado nesta pesquisa, representado por esses legados, está intimamente ligado ao trabalho realizado com mão-de-obra escravizada. Os vestígios que trouxemos são marcas desse trabalho, carregando consigo conhecimentos, simbologias, costumes e práticas com traços da diáspora africana, mas que são negligenciadas e silenciadas pela narrativa hegemônica de origem colonial, em que o ecoturismo pode ser um caminho para seu (re)conhecimento.

Palavras-chave: Patrimônio integral; Patrimonialização; Personagens invisibilizados; Ecoturismo; Maciço da Tijuca.

ABSTRACT

The Tijuca National Park (PNT) is composed of a secondary forest that retains multiple past marks under its canopy. In some cases, these legacies contain elements that bring them closer to the notion of heritage, representing the identity of different social groups, especially those made invisible, such as enslaved black people and their descendants, who bear witness to the remains of the colonization that countries from the global south went through and of the African diaspora. In this context, this research aims to identify past marks in the PNT landscape with the potential to be recognized as heritage through ecotourism. We

¹ O presente artigo é fruto da dissertação de Mestrado do primeiro autor, submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da UNIRIO, e intitulada “Legados socioecológicos como atrativo: conexões entre patrimônio e guiamento no Parque Nacional da Tijuca (RJ)”. O trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



identified three marks to be recognized in the PNT: stone paved paths; charcoal kilns; and remaining fig trees (*Ficus spp.*). The heritage addressed in this work, represented by these legacies, is closely linked to the work carried out with enslaved labor. The traces we brought are marks of this physical labor, carrying with them a knowledge system, symbolisms, costumes and practices with hallmarks of the African diaspora, but which are ignored and silenced by the hegemonic narrative of colonial origin, in which ecotourism can be a path to their recognition and knowledge.

Keywords: Holistic-heritage; Patrimonialization; Invisible characters; Ecotourism; Tijuca Massif.

RESUMEN

El Parque Nacional Tijuca (PNT) está compuesto en gran parte por un bosque secundario que conserva múltiples huellas del pasado bajo su dosel. En algunos casos, estos legados contienen elementos que los acercan a la noción de patrimonio, representando la identidad de diferentes grupos sociales, especialmente aquellos invisibilizados, como los negros esclavizados y sus descendientes, que son testigos de los restos de la colonización que países del sur global y de la diáspora africana. En este contexto, esta investigación tiene como objetivo identificar marcas pasadas en el paisaje del PNT con potencial para ser reconocidas como patrimonio a través del ecoturismo. Con esto, identificamos tres marcas a ser reconocidas en el PNT: caminos empedrados; antiguas fábricas de carbón; y resto de higueras (*Ficus spp.*). El patrimonio abordado en este trabajo, representado por estos legados, está íntimamente ligado al trabajo realizado con mano de obra esclavizada. Las huellas que trajimos son marcas de este trabajo, que llevan consigo conocimientos, simbolismos, costumbres y prácticas con sellos de la diáspora africana, pero que son descuidadas y silenciadas por la narrativa hegemónica de origen colonial, en la que el ecoturismo puede ser un camino hacia su (re)conocimiento.

Palabras clave: Patrimonio integral; Patrimonialización; Personajes invisibles; Ecoturismo; Macizo de Tijuca.

1.INTRODUÇÃO

Situado na cidade do Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Tijuca (PNT) é uma das mais importantes áreas protegidas do Brasil. Além de levar o título de parque nacional com o maior número de registros de visitas, abriga um importante fragmento de Mata Atlântica, composto em grande parte por uma floresta secundária que retém sob seu dossel múltiplas marcas históricas (ICMBio, 2008; SOLÓRZANO; BRASIL-MACHADO; OLIVEIRA, 2021). Representados de diferentes maneiras, estes legados estão dispostos na paisagem na forma de vestígios físicos e biológicos que nos auxiliam a remontar essa histórica e dialética relação entre ser humano e seu meio.

Em alguns casos, essas marcas contêm elementos que as aproximam da noção de patrimônio, representando a identidade de diferentes grupos sociais, principalmente aqueles invisibilizados, como é o caso de pessoas negras escravizadas e seus descendentes (KROPF; OLIVEIRA; LAZOS-RUÍZ, 2020; OLIVEIRA; FRAGA, 2012; SOLÓRZANO; BRASIL-MACHADO; OLIVEIRA, 2021), que testemunham os resquícios da colonização pelo qual passaram países do sul global e da diáspora africana. Estes vestígios, por sua vez, podem ser considerados um patrimônio integral, categoria que busca relacionar e complementar as noções de patrimônio natural e cultural (ICOFOM LAM, 2006; SCHEINER, 2000), reconhecendo sua indissociabilidade e indo contra a visão dicotômica que separa ser humano e natureza.



O patrimônio que abordaremos não se restringe a objetos materiais, um sítio ou um lugar (SMITH, 2006). Embora esteja atrelado a sítios e lugares – entendidos como sítios patrimoniais –, o patrimônio é justamente esse processo de (re)construção cultural e social de valores e sentidos (SMITH, 2021). Este processo – ou performance, segundo Smith (2021) – é capaz de identificar valores culturais e sociais que nos ajudam a dar significado ao presente, às nossas identidades e aos lugares físicos e sociais. Segundo a autora, o patrimônio é capaz de corporificar abstrações como identidade e sentido de lugar, ou ainda formas particulares de conhecer e entender o mundo.

Soma-se a esta ideia, o argumento de que patrimônio não pode estar limitado a uma noção de objeto material ou sítio histórico, ou mesmo ter seu reconhecimento restrito a especialistas de agências intergovernamentais ou instituições e especialistas autorizados para tal. Isso porque não se pode negligenciar aspectos político-subjetivos da memória e identidade dentro de um contexto histórico de construção social e cultural de valores e sentidos (SMITH, 2021).

Nosso objetivo é identificar marcas pretéritas na paisagem do PNT com potencial para serem reconhecidas como patrimônio. Destacamos que o reconhecimento que nos propomos a realizar não se refere aos trâmites burocráticos do processo de patrimonialização junto ao Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), mas ao movimento de trazer à tona personagens invisibilizados e seus valores, conhecimentos, crenças, significados e histórias presentes no PNT. Ressaltamos este ponto para esclarecer que, no presente trabalho, o termo reconhecimento será utilizado apenas nesse sentido. Nossa proposta se alinha, portanto, à crítica de Smith (2021), sobre o Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD), que questiona o reconhecimento do patrimônio predominantemente através de entidades como estas e que, conseqüentemente, exclui grupos sociais interessados nesta (re)valorização. Em complemento, exploramos as possíveis contribuições do ecoturismo para alcançar o reconhecimento almejado, tendo em vista que, até o presente momento, as marcas pretéritas do PNT não estão incorporadas ao contexto da gestão do uso público e da visitação do Parque (FERNANDEZ, 2022).

Além desta introdução, o presente artigo está dividido em mais quatro seções. A segunda trata da construção social da noção de “patrimônio”, reconhecendo sua característica plural, multifacetada e sujeita a idiosincrasias político-ideológicas (CHUVA, 2012). Procura-se interpretar o patrimônio a partir do olhar sobre a relação sociedade e natureza, manifestada no entendimento de parque nacional como sítio a ser protegido em suas diversas escalas, especificamente o PNT. Para tanto, é dada ênfase ao processo de patrimonialização da natureza e o turismo como forma de apropriação e uso. A terceira seção reserva-se aos procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, detalhando as três etapas utilizadas para obtenção dos resultados. Neste momento também são expostos os critérios utilizados para seleção das marcas pretéritas a serem reconhecidas como patrimônio. Na quarta, são discutidos os resultados alcançados, com a apresentação das marcas



pretéritas identificadas assim como os respectivos argumentos para seu reconhecimento enquanto patrimônio. Ao final desta seção, são feitos apontamentos quanto à potencial inserção do patrimônio nas práticas do ecoturismo. A quinta e última seção é destinada às considerações finais do trabalho.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Choay (2001, p. 240-241), em “Alegoria do Patrimônio”, afirma que “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem”. Esta afirmação revela uma crítica sobre a construção social da noção de patrimônio na atualidade, isso porque, para a autora, o “culto ao patrimônio” é uma “síndrome narcisista”. Para a autora, em uma sociedade que valoriza principalmente aspectos materiais, o fator econômico tende a prevalecer na construção dessa noção de patrimônio, transformando-o em mercadoria, em um contexto de sociedade marcada pela dominação da tecnologia e aceleração de mobilidades e informações.

Sendo assim, a imagem do patrimônio reflete a hegemonia de uma perspectiva que desconsidera as diversidades de grupos sociais, seus saberes e fazeres e suas relações intrínsecas com natureza e cultura (CHOAY, 2001; ZANIRATO, 2011). O processo de seleção do que deve ser considerado como testemunho da história e herança de uma comunidade, e ser protegido pelo Estado e valorizado pelo mercado, envolve uma disputa de poder complexa e carregada de conflitos, em que grupos sociais com maior poder simbólico podem impor um modelo único (BOURDIEU, 2009; CRUZ, 2012; SERRANO, 2007).

Historicamente, esse debate começa a ganhar forma após a Revolução Francesa, mas é a partir da Segunda Guerra Mundial que o conceito de patrimônio se associa fortemente à identidade nacional, abrindo espaço para a territorialização e intervenções econômicas (CHUVA, 2012; SERRANO, 2007). Nesse contexto, “a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial” passa a legitimar a noção de patrimônio, entendida por Cruz como um processo de “patrimonialização do patrimônio” (CRUZ, 2012, p. 96).

Smith (2021) apresenta uma visão crítica e expandida do conceito de patrimônio, contestando a ideia de que ele se limita a objetos materiais, sítios ou lugares físicos, o que é, em geral, definido como tal por organismos oficiais e especialistas. A autora questiona a noção de patrimônio a partir apenas da visão desses especialistas ao afirmar que o patrimônio deve ser entendido como um processo subjetivo e político de negociação de identidade, lugar e memória, que envolve ação e emoção. A partir dessa constatação, a autora afirma que todo patrimônio é intangível e não está limitado a coisas materiais, pois sua (re)construção cultural e social de valores e significados é processual, resultando no que a autora chama de “sítios patrimoniais”. Assim, discursos e ações do que deve ser ou não protegido não são aleatórios. Ao contrário, estão



estruturados por normas sociais dominantes, marcadamente europeias e que exercem influência nas esferas nacionais nas políticas, legislações e práticas em diversos países, tendo o respaldo de órgãos gestores e outros sujeitos sociais. Como então garantir que o patrimônio que não se enquadra na noção “oficial” seja reconhecido, salvaguardado e valorizado?

No contexto brasileiro, a “patrimonialização do patrimônio” tem origem no século XX, dentro do movimento modernista, quando foi instituído o primeiro anteprojeto de lei para a proteção do patrimônio cultural, em 1936 (CRUZ, 2012). Inicialmente, o conceito de patrimônio, conforme proposto por Mário de Andrade, estava limitado a bens materiais representativos da história oficial da nação, geralmente pertencentes à elite (CHUVA, 2012). No entanto, à medida que as cartas patrimoniais da UNESCO passaram a adotar uma visão mais abrangente, a diversidade cultural, expressões imateriais e representações do cotidiano, essas noções também foram incorporadas no contexto brasileiro, embora tardiamente, devido ao regime militar conservador vigente durante a Ditadura. Um exemplo disso é o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial, formalizado pelo Decreto n. 3.551 de 2000 (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

A patrimonialização da natureza, segundo Paes-Luchiari (2007), envolve o reconhecimento da natureza como patrimônio, herança e memória, manifestando-se de maneira tangível na paisagem. Esse processo é tanto político quanto cultural, situado em um contexto histórico e espacial que determina quais elementos serão protegidos. A delimitação de áreas naturais preservadas reflete, portanto, o desejo de perpetuar uma memória associada a uma identidade e cultura específicas de uma nação.

Atualmente, a criação de áreas protegidas é regida por várias regulamentações. No caso deste estudo, focado no PNT, é essencial entender que Parque Nacional é uma categoria de unidade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, com o objetivo de preservar ecossistemas com relevância ecológica e cênica, em que são incentivadas pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000; LEUZINGER, 2009).

Especificamente no que se refere ao PNT, ressalta-se que esta UC pode ser interpretada como um símbolo do turismo brasileiro, pois é frequentemente utilizado para representar a cidade do Rio de Janeiro em campanhas publicitárias. Além de sua marcante presença na paisagem carioca, o PNT oferece aos visitantes diversas atividades de recreação e lazer em contato com a natureza, como trilhas, mirantes, picos e cachoeiras, além do mundialmente conhecido Morro do Corcovado, onde está o Monumento do Cristo Redentor.

Considerando a crítica à noção de patrimônio de Choay (2006) e Smith (2021), é importante mencionar que o PNT, no conjunto da paisagem do Rio de Janeiro, faz parte do sítio "Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar", que foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, em 2012,



reconhecido pela UNESCO por seu valor universal e único (IPHAN, 2024). Porém, é fundamental salientar que o PNT possui grande diversidade de patrimônio, que em diferentes escalas exprimem valores, sentidos e emoções, além de representar fatos históricos, modos de vida e a relação entre sociedade e natureza.

Levando em conta esse contexto, é importante ressaltar as implicações dos processos de patrimonialização da paisagem envolvendo o PNT. Para Malta (2017), devido à excepcionalidade da paisagem cultural em contexto urbano, a patrimonialização da paisagem carioca criou uma imagem de cidade turística “do futuro”, capaz de combinar natureza e cultura em um contexto de persistente desigualdade social frente à hipervalorização imobiliária consequente deste processo.

Nesse sentido, o ecoturismo pode surgir como um importante aliado no reconhecimento e valorização das memórias e identidades presentes no PNT na medida em que possibilita o contato entre visitantes e patrimônio, por meio de práticas que buscam evidenciar os aspectos histórico-culturais associados ao meio natural. De acordo com a definição da EMBRATUR (1994), este segmento da atividade turística tem como princípios: o uso sustentável e a conservação do patrimônio; a reflexão sobre a questão ambiental, com base em técnicas e meios de interpretação; e a promoção do bem-estar das comunidades locais envolvidas. Podemos dizer, portanto, que o ecoturismo está baseado no tripé entre conservação do patrimônio natural e cultural, qualidade de vida e interpretação ambiental (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

3. METODOLOGIA

O Parque Nacional da Tijuca (PNT) está localizado entre as zonas Sul, Norte e Oeste da cidade do Rio de Janeiro, e circunscreve boa parte do Maciço da Tijuca. O Parque foi criado em 1961, quando tinha o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro. Hoje, o PNT possui uma área total de 3.953 ha e está dividido em quatro setores: A – Floresta da Tijuca, B – Serra da Carioca, C – Pedra Bonita/Pedra da Gávea e D – Pretos Forros/Covanca (ICMBIO, 2008) (Figura 1).



Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo com a área do Parque Nacional da Tijuca, dividido em quatro setores: A – Floresta da Tijuca, B – Serra da Carioca, C – Pedra Bonita/Pedra da Gávea e D – Pretos Forros/Covanca



Fonte: Elaborado por João Caldas em Fernandez (2022).

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas: a) pesquisa bibliográfica sobre patrimônio e turismo; b) pesquisa documental histórica referente à área de estudo; e c) campos exploratórios para identificar *in loco* as marcas pretéritas presentes na paisagem. As referências utilizadas na primeira etapa foram obtidas majoritariamente na plataforma *Google Scholar*, com a utilização de palavras-chave relacionadas ao tema. Quanto à pesquisa documental histórica, buscou-se fazer um (re)conhecimento sobre a área de estudo, seus usos pretéritos e personagens históricos. Nessa etapa, foi feito uso de fontes primárias e secundárias, observando, principalmente, a presença, ou melhor, a não presença dos personagens abordados por nós em referências da historiografia tradicional. Por último, para identificação das marcas pretéritas² foram utilizadas as trilhas dos setores Serra da Carioca e Pedra da Gávea/Pedra Bonita como principais vias de acesso à floresta, assim como trechos de mata longe dos caminhos e trilhas em uso.

A floresta presente no PNT, assim como outros remanescentes da Mata Atlântica no Sudeste do Brasil, preserva sob o seu dossel marcas históricas deixadas pela interação humana com o ambiente ao longo dos anos (OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA; ENGEMANN, 2011). No entanto, nem todas as marcas pretéritas podem ser consideradas patrimônio, pois, de acordo com Guimarães (2012), essa avaliação é influenciada por escolhas culturais conscientes sobre o que desejamos preservar para o futuro. Nesse sentido, o trabalho de Lazos-Ruíz, Oliveira e Solórzano (2017)

² O detalhamento da metodologia de identificação das marcas pretéritas pode ser encontrada em FERNANDEZ, V. L. E.; AMADEO, T. R.; SOLÓRZANO, A. Identificação e mapeamento de legados socioecológicos: um caminho para leitura da paisagem na Mata Atlântica. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 14, n. 3, p. 520-552, 2024.



oferece contribuições importantes ao apresentar uma síntese de evidências na vegetação que também são marcas pretéritas, mas que ainda não foram reconhecidas como patrimônio - pelo menos até o momento. Os autores trazem exemplos como espécies pioneiras longevas, árvores bifurcadas na altura do corte, árvores da mesma espécie dispostas em linha reta, espécies pioneiras.

Essas marcas, assim como muitas outras, não foram consideradas patrimônio por dois motivos. Primeiramente, por uma razão prática: optou-se por utilizar a base de dados do Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica – LaBEH, que não apenas inventariou e mapeou as marcas pretéritas abordadas neste trabalho, mas também explorou a interpretação desses vestígios na paisagem (LOUREIRO; SOLÓRZANO; RODRIGUES, 2020; SOLÓRZANO; BRASIL-MACHADO; OLIVEIRA, 2021; FERNANDEZ, 2022). Dessa forma, buscou-se integrar o arcabouço teórico previamente desenvolvido sobre essas marcas com a definição de patrimônio estabelecida nesta pesquisa.

A segunda razão é de natureza conceitual. Decidiu-se por selecionar marcas pretéritas que tivessem o potencial de evocar agentes do passado (FUNARI, 2001), com a capacidade de reforçar as identidades culturais de grupos sociais específicos (RUIZ, 1996; PRATS, 1997; SOUZA, 2006). Além disso, um critério fundamental na escolha dessas marcas históricas é sua clara e direta conexão com personagens que foram marginalizados (OLIVEIRA; FRAGA, 2012; OLIVEIRA; PATZLAFF; SCHEEL-YBERT, 2019; KROPF; OLIVEIRA; LAZOS-RUÍZ, 2020), ou seja, as marcas selecionadas precisam destacar de maneira evidente sujeitos ocultos e que sofreram silenciamentos históricos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas três marcas a serem reconhecidas no PNT: caminhos calçados de pedra; antigas carvoarias; e figueiras (*Ficus* spp.) remanescentes. Os trechos com calçamento de pedra fazem parte do sistema de trilhas hoje presentes no PNT, cuja implementação remonta aos engenhos de cana-de-açúcar que começam a ocupar o entorno do maciço no decorrer do século XVII (SCHEINER, 1976). Entretanto, ao longo dos séculos seguintes esse sistema de caminhos foi se complexificando, incorporando em seus traçados novas tecnologias para adaptar-se às demandas da época. Durante o século XIX, viam-se longas filas de animais de carga transportando diversos produtos das fazendas e chácaras do maciço para a cidade, como lenha, carvão, café e outros produtos agrícolas (MENEZES, 1996).

A abertura e subsequente calçamento desses caminhos são exemplo, na maioria das vezes, do trabalho de populações escravizadas, ex-escravizadas e seus descendentes. Como a mecanização do trabalho ainda era muito incipiente, essa empreitada só foi possível a partir de um investimento significativo de trabalho humano (KROPF; OLIVEIRA; LAZOS-RUÍZ, 2020). Abertos à base da



enxada, o gasto de energia era enorme, principalmente em ambientes inclinados e densamente florestados como nas matas do Maciço da Tijuca (MENEZES, 1996).

Apesar de possuírem enorme capacidade para transitar em caminhos estreitos e declivosos, os animais de carga – a mula, sobretudo – também tinham dificuldade em superar determinados trechos, exigindo intervenções por parte dos trabalhadores. Muros de contenção de encosta, valas de escoamento e principalmente calçamento com pedras nas seções mais acidentadas do trajeto eram imprescindíveis (Figura 2) (BRASIL; OLIVEIRA, 2021). Embora essas medidas fossem necessárias, os trechos calçados de pedra encontrados atualmente são testemunho de um enorme esforço humano, novamente concentrado principalmente na mão de obra escravizada (KROPF; OLIVEIRA; LAZOS-RUIZ, 2020; FERNANDEZ, 2022).

Figura 2 - Caminho com calçamento de pedra no setor Serra da Carioca



Fonte: foto do autor (2022).

Os caminhos calçados de pedra são uma herança, um testemunho do trabalho e esforço físico de pessoas invisibilizadas. Nesse sentido, contar a história desses caminhos é uma maneira de trazer à tona esses personagens que tanto influenciaram no processo de transformação do Maciço da Tijuca e da cidade. Ao longo do tempo, as estreitas e íngremes trilhas evoluíram para se tornarem rotas movimentadas para o escoamento de diferentes produtos provenientes do maciço. De singelas e pouco utilizadas vias do início da colonização, os caminhos se tornaram peças-chave no funcionamento da cidade do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XVIII (MENEZES, 1996). Os trechos calçados de pedra ilustram essas transformações, representando a materialidade de parte fundamental da história do Rio de Janeiro (FERNANDEZ, 2022).

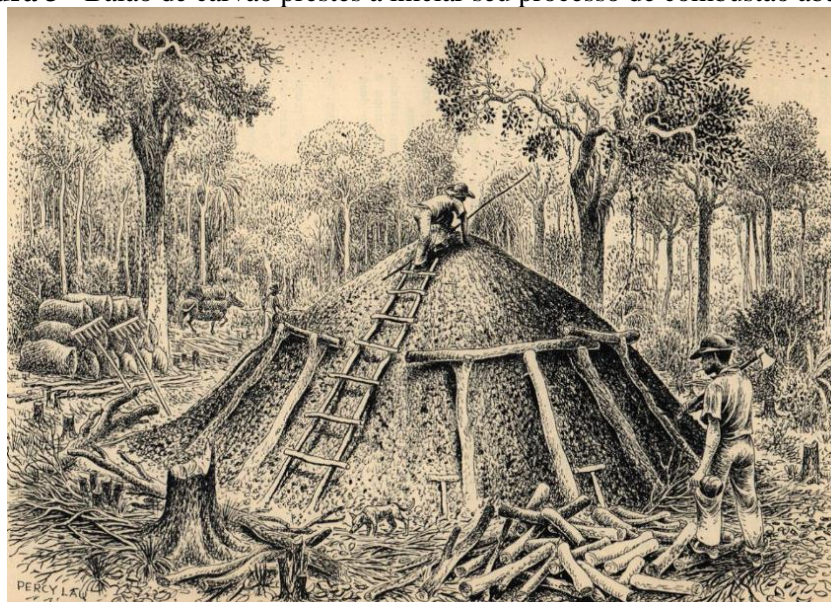
No Brasil, existem exemplos de caminhos antigos que são reconhecidos como patrimônio e que podem corroborar com nosso discurso. O mais proeminente destes é o Caminho do Ouro, especificamente sua variante conhecida como Caminho Velho, em Paraty (RJ). Assim como os



caminhos do PNT, o Caminho Velho possui trechos calçados de pedra e que tiveram a ação direta de escravizados (IPHAN, 2009). É bem verdade que o Caminho do Ouro possuía finalidades distintas e extensão significativamente maior às rotas do PNT. Mesmo assim, chamamos a atenção para o fato de seu reconhecimento não estar atrelado unicamente ao tamanho de seu calçamento, mas também a sua importância econômica a partir da viabilização do trânsito de pessoas e mercadorias (TRENTIN *et al.*, 2020). Fazendo correlação com os argumentos expostos no parágrafo anterior, Trentin *et al.* (2020, p. 225) ressaltam que “contar a história do Caminho em Paraty é contar a história da própria cidade e contar a história da cidade é registrar uma página importante da história do Brasil”. Nesse sentido, podemos criar um paralelo com os caminhos do PNT e a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, segundo os autores, o Caminho do Ouro já era reconhecido pelos paratienses como um patrimônio dos caiçaras antes mesmo de receber qualquer título oficial, corroborando com a narrativa de Smith (2021) de Discurso Autorizado de Patrimônio.

Dentre os tantos produtos e insumos que circularam por estes caminhos, o carvão vegetal merece destaque. Em uma época em que o petróleo e a energia elétrica ainda não eram uma realidade, o carvão vegetal teve um papel crucial na sociedade, tendo como destino desde fogões domésticos até a indústria (OLSON, 1991; CRONON, 1996). A partir de meados do século XVII até o início do século XX, a Mata Atlântica do Sudeste do Brasil foi sendo paulatinamente transformada em carvão (Figura 3), desde os maciços costeiros do Rio de Janeiro até trechos de florestas periurbanos e rurais (OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA; FRAGA; BERCK, 2011).

Figura 3 - Balão de carvão prestes a iniciar seu processo de combustão abafada.



Fonte: ilustração de Percy Lau (IBGE, 1956).

O carvão começou a ser requerido primeiramente nos engenhos de cana, onde a maquinaria e apetrechos de ferro podiam ser reparados e até produzidos em parte nas próprias oficinas (OLIVEIRA; WINIWARTER, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2024). No Rio de Janeiro, capital do



Império e da República, o carvão vegetal figurou como a principal matriz energética da cidade (OLIVEIRA; FRAGA, 2012). Segundo Oliveira e Fraga (2016), em meados do século XIX inicia-se um intenso processo de produção de carvão nas encostas florestadas da cidade a partir de uma conjunção de fatores como o aumento da demanda por energia, a disponibilidade do recurso florestais em uma distância curta do centro urbano, o baixo custo e a facilidade de produção juntamente com um enorme contingente humano desempregado após a abolição da escravidão, em 1888.

Buscando corroborar com a posição de interpretação das carvoarias como patrimônio, devemos destacar este último ponto. Antes mesmo da abolição, no início do século XIX, o trabalho remunerado era algo extremamente incerto para a população livre que se via comprimida entre os dois extremos da escala social - os proprietários e os escravizados (BECKER; EGLER, 1993; OLIVEIRA; FRAGA, 2012). Dessa forma, o trabalho era guiado por demandas sociais. Apesar da indústria ainda estar em gestação, as vilas e cidades já eram bastante vivas e demandavam energia que, no caso do Rio de Janeiro, baseava-se em grande parte no carvão vegetal (OLIVEIRA; FRAGA; BERCK, 2011). Sendo assim, o comércio do carvão era uma brecha possível para o acesso à renda da população livre e pobre (OLIVEIRA; PATZLAFF; SCHEEL-YBERT, 2019).

Oliveira e Fraga (2012) e Oliveira (2015) apontam que muito possivelmente a fabricação de carvão era um trabalho para escravizados, escravizados alforriados ou pequenos agricultores que não faziam parte do sistema produtivo dos engenhos de cana-de-açúcar. Mesmo antes da abolição da escravatura no Brasil, em 1888, os escravizados foram aos poucos sendo colocados à parte das atividades produtivas. Os autores destacam ainda que após a abolição esses personagens passaram a constituir um grande contingente de desempregados, sem recursos para sobrevivência. Nesse sentido, o carvão surgiu como uma alternativa, tendo em vista que a quantidade de insumos utilizada na produção de carvão era mínima, com ferramentas muito básicas e que poderiam ser produzidas pelos próprios carvoeiros (OLIVEIRA; FRAGA, 2012; OLIVEIRA, 2015).

No entanto, Oliveira e Fraga (2012) e Oliveira, Fraga e Berck (2011) ressaltam um ponto fundamental para nossa argumentação das carvoarias enquanto patrimônio. Segundo os autores, a história dos carvoeiros permanece extremamente oculta, fruto da inexistência quase que total de informações sobre esses agentes. Isso se deve, em grande parte, ao passado escravista brasileiro, que contribuiu para a invisibilização desse grupo social. Em Oliveira, Patzloff e Scheel-Ybert (2019), percebemos que sua marginalização está baseada em ideias e associações profundamente preconceituosas em relação à cor da pele dos trabalhadores, à sujeira atribuída aos mesmos no manuseio do carvão e ao seu lugar de trabalho.

Outro ponto que contribuiu para sua invisibilização foi o movimento dos próprios carvoeiros, que ao longo dos anos buscaram se esquivar de diversas imposições como proibições de



derrubadas de árvores ou invasões de áreas privadas, por exemplo (KROPF; OLIVEIRA; LAZOS-RUÍZ, 2020; OLIVEIRA; PATZLAFF; SCHEEL-YBERT, 2019). Embora tenham sido fundamentais na formação da cidade do Rio de Janeiro, os carvoeiros são personagens invisíveis na historiografia. Um dos poucos registros que encontramos sobre os carvoeiros está em *O Sertão Carioca*, obra de Armando Magalhães Corrêa que ilustra parte desse trabalho invisibilizado.

O que se enxerga como patrimônio não são apenas os platôs das carvoarias, os fragmentos de carvão encontrados no solo da floresta ou os trechos calçados de pedra presente no PNT. Estes representam a materialidade de saberes e conhecimentos impressos na paisagem que, em última instância, nos auxiliam a preencher parte de uma lacuna histórica deixada de lado pela historiografia tradicional. O interesse deste trabalho vai além do vestígio físico, e se debruça nas motivações, resultantes socioecológicas e nos possíveis sinais de identidade que esse resgate pode ocasionar.

Nessa mesma perspectiva, apresentam-se as figueiras remanescentes. Este gênero (*Ficus* spp.) é muito presente na esfera cultural e religiosa de diversos povos e civilizações ao redor do mundo, acompanhando a história da humanidade há milênios. Azevedo (2015) traz alguns exemplos sobre o simbolismo das figueiras ao redor do mundo. O autor cita os aborígenes na Austrália, que acreditavam que os espíritos dos seus antepassados habitavam essas árvores. No Budismo, considera-se que Siddhartha Gautama, mais tarde conhecido como Buda, tenha atingido a iluminação debaixo de uma figueira indiana – *Ficus religiosa* L. (ANDRADE; APOLLINI, 2010). Ainda segundo Azevedo (2015), essa espécie era cultuada na tradição védica, na Índia, antes mesmo da tradição Budista, estando relacionada à divindade Vishnu.

De acordo com o autor supracitado, exemplos como estes também estão presentes no contexto do Brasil. Na cultura judaico-cristã as figueiras têm um papel de destaque, uma vez que representam a Casa do Senhor na natureza. Elas são vistas como a morada do sagrado no mundo material devido ao seu tamanho imponente e pelo fato de sua copa poder abrigar muitos frutos. Esse gênero aparece em mais de 40 referências no Antigo Testamento e 16 no Novo Testamento (SVORC, 2007), ilustrando tamanha presença nesta tradição.

Por outro lado, na costa Ocidental africana, onde as culturas afro-brasileiras possuem sua gênese, as figueiras eram (e em parte, ainda são) cultuadas e percebidas como a morada ou a própria manifestação do *orixá Iroko*. Também era vista como *Igí Olorum*, a "Árvore Deus", que desempenhava o papel de conectar *Òrun* (o mundo sobrenatural) e *Àiyé* (o mundo terreno) (VERGER, 2009). No Brasil, dentre as principais tradições religiosas de origem africana, o culto a Iroko é mais presente no Candomblé, com menos espaço na Umbanda. As folhas das figueiras são utilizadas em rituais de iniciação, com oferendas colocadas junto à sua base e *ojás* (panos brancos ou coloridos) amarrados em torno delas para ornamentá-las e destacar sua sacralidade (PRANDI, 2020).



Durante o processo de produção do carvão, era feita uma escolha criteriosa dos indivíduos que seriam cortados. Dado que o corte da madeira era feito de forma muito rudimentar, é plausível supor que algumas árvores não foram aproveitadas para obtenção de carvão por motivos práticos, já que alguns indivíduos eram muito grandes, sendo necessário um gasto calórico muito alto para sua derrubada (OLIVEIRA, 2015; OLIVEIRA; FRAGA, 2016, 2012). Outra razão seria a presença de látex em algumas espécies, o que as tornava inadequadas para a produção do carvão (SOLÓRZANO, 2006). Além das considerações logísticas, outras árvores também foram deixadas de lado da escolha dos carvoeiros por conta de seu valor simbólico, como no caso das figueiras, valorizadas tanto na cultura judaico-cristã quanto nas religiões de matriz africana (SVORC; OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2015).

Protegidas por seu simbolismo, as figueiras foram excluídas do processo de seleção das melhores madeiras que seriam aproveitadas para obtenção do carvão. Conseqüentemente, muitas figueiras encontradas na Mata Atlântica são mais antigas do que as outras árvores ao seu redor, sendo remanescentes na paisagem (SVORC; OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2015). São “velhas senhoras” que resistiram ao tempo e às pressões antrópicas ao longo dos anos. Esse simbolismo se materializa na floresta presente no PNT, onde vemos exemplares de figueiras que superam em muito os demais indivíduos arbóreos no seu diâmetro do caule e sua altura total (Figura 5) (FERNANDEZ, 2022; SVORC, 2007).

Figura 5 - Figueira remanescente no setor Serra da Carioca



Fonte: foto de Victória Senise (2014).

A interpretação das figueiras como patrimônio passa pela percepção destas como elementos capazes de representar parte das crenças, ritos e simbologias de determinados grupos (RUIZ, 1996; PRATS, 1997; QUEIROZ; MORAES; CASTRO, 2016). Nesse sentido, as figueiras podem figurar como uma reafirmação da cultura de um povo, sendo este um elemento fundamental da concepção



do patrimônio cultural (SOUZA, 2006). Em complemento, podemos dizer ainda que as figueiras contêm elementos da memória e da tradição que envolvem um sincretismo religioso, impresso na paisagem em razão da transmissão de saberes através da oralidade, principalmente (BALDIOTTI; SANTANA, 2020).

As figueiras remanescentes guardam ainda outro aspecto que as conecta com a noção de patrimônio, que reside no viés de monumentalidade presente na definição de patrimônio natural da UNESCO (1972). Como em algumas ocasiões se tratam de árvores centenárias, as figueiras se destacam na floresta por grandiosidade e valor cênico no contexto da floresta Mata Atlântica.

Como o(a) leitor(a) pôde notar, discorreu-se até aqui acerca de elementos materiais na paisagem, representados na forma de vestígios físicos e biológicos. No entanto, não devemos restringir nossa análise apenas à esfera material, uma vez que tais objetos possuem aspectos intrinsecamente imateriais. O patrimônio cultural imaterial, portanto, é representado pelas tradições e expressões de vida que indivíduos recebem de seus ancestrais e passam a seus descendentes (UNESCO, 2017). Sendo assim, não é apenas de materialidade que se forma a cultura de um povo, especialmente em se tratando de personagens invisibilizados, como no presente estudo.

Entretanto, não se trata de contrapor materialidade e imaterialidade. Essas duas esferas do patrimônio são permeáveis e estão interconectadas, uma se construindo em relação ao outro (TOURGEON, 2014). O imaterial constrói o material e, ao mesmo tempo, o material incorpora e exprime valores imateriais (HERZFELD, 2004). Isso se torna claro no caso das figueiras remanescentes, por exemplo. Nesse sentido, quando falamos em patrimônio imaterial não nos referimos propriamente a meras abstrações, em contraposição a bens materiais.

Trouxemos tais questionamentos para deixar claro que, quando interpretamos essas marcas pretéritas como patrimônio, não estamos tratando estritamente da materialidade que os representa. Apesar de em nossas descrições, inevitavelmente, estarmos predominantemente enviesando nossa análise para aspectos concretos dessas marcas na paisagem, o que nos interessa em última instância são os saberes, as técnicas, os valores, funções e significados que tais legados representam.

Dessa forma, o que pretendemos valorizar e preservar não são os objetos *per se*, mas toda a bagagem histórica, cultural e ambiental que está por trás dos mesmos (FARIAS, 2011). Entretanto, a preservação do patrimônio não buscará cristalizá-los, mas protegê-los a partir da documentação, registro, acompanhamento (SANT'ANNA, 2001) e legitimação dos mesmos. Sendo assim, buscamos percorrer essa direção através do reconhecimento dos valores, conhecimentos, crenças, significados e histórias que englobam as marcas pretéritas do PNT.

Como vimos até aqui, essas marcas pretéritas possuem relação direta ou indireta com o trabalho humano, sendo este muitas vezes invisibilizado e esquecido (KROPF; OLIVEIRA; LAZOS-RUÍZ, 2020). A invisibilização dos personagens aos quais as marcas pretéritas remetem é



um dos elos centrais de nossa argumentação para interpretação desses vestígios como patrimônio. Nesse sentido, trazemos as contribuições de Chuva (2020), que destaca a importância do processo de patrimonialização expor silenciamentos históricos e evidenciar outras vozes para além das hegemônicas.

É importante notar que esse processo histórico de invisibilização reverbera nos visitantes do PNT, que mesmo tendo contato direto com esses vestígios ao percorrerem as trilhas do Parque, não se dão conta de que estão caminhando ao lado de um patrimônio. Esse cenário foi constatado por Fernandez (2022), que notou o sonoro desconhecimento dos usuários do PNT com relação à sua história, suas marcas pretéritas e seus personagens históricos.

Em contrapartida, esse desconhecimento é permeado pelo significativo interesse do público em acessar esse conteúdo (FERNANDEZ, 2022). Assim, abre-se a oportunidade de incorporação desse patrimônio no âmbito do uso público do PNT, a partir do aproveitamento das marcas pretéritas como um atrativo por meio do ecoturismo. Essa possibilidade torna-se ainda mais factível ao levarmos em consideração a disposição espacial desses vestígios, muitas vezes concentrados em trilhas específicas do Parque. Esse é o caso, por exemplo, da trilha da Pedra da Gávea, que se inicia em um caminho com calçamento de pedra e passa por duas figueiras remanescentes e 14 carvoarias (além de duas ruínas de um antigo engenho de cana-de-açúcar). Outro caso é o Trecho 18 da Trilha Transcarioca, que ao conectar a Cachoeira dos Primatas às Paineiras e Corcovado, acaba passando por um trecho com calçamento de pedra, quatro figueiras e oito carvoarias, em um percurso de apenas 4,2 km³.

Nesse sentido, consideramos que por meio de práticas de ecoturismo, essas e outras áreas do PNT possuem grande potencial para valorizar os personagens históricos envolvidos, proteger o patrimônio em questão e até mesmo atrair novos visitantes a partir da agregação de valores até então inexistentes no rol de oportunidades de visitação do Parque.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio abordado nesta pesquisa está intimamente ligado ao trabalho realizado com mão-de-obra escravizada. Os vestígios que trouxemos são marcas desse trabalho, carregando consigo conhecimentos, simbologias, costumes e práticas com traços da diáspora africana, mas que são negligenciadas e silenciadas pela narrativa hegem nica de origem colonial. Embora destaquemos em diversos momentos do trabalho os aspectos materiais dessas marcas/patrimônio, ressaltamos que seu valor está também (e talvez, principalmente) em sua imaterialidade.

³ O detalhamento sobre a disposição espacial das marcas pretéritas que podem ser aproveitadas como atrativo turístico pode ser encontrado em FERNANDEZ, V. L. E. "Legados socioecológicos como atrativo: conexões entre patrimônio e guiamento no Parque Nacional da Tijuca (RJ)", Dissertação (Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2024.



As marcas pretéritas possuem elementos que representam a identidade cultural de grupos sociais que, ao serem reconhecidos por eles, podem passar a ser cultivados, valorizados, protegidos e defendidos. Podem ser pontos catalisadores para o reconhecimento e fortalecimento de identidades. Nesse sentido, o ecoturismo pode ser um meio para a aproximação e contato dos visitantes com o patrimônio, viabilizando o movimento de trazer à tona personagens invisibilizados a partir desses legados na paisagem. Trata-se, portanto, de uma proposta para um movimento de apropriação e pertencimento. Assim, como potenciais desdobramentos desta pesquisa, podemos indicar um contato efetivo com os descendentes desses personagens invisibilizados, obtendo mais informações sobre o patrimônio abordado a partir da incorporação de uma memória viva e, principalmente, com o intuito de promover a possibilidade de uma (re)aproximação destes com sua ancestralidade. Por outro lado, o patrimônio aqui abordado é, em última instância, resultado da interação dos seres humanos com o seu meio. Dessa maneira, o pertencimento a que nos referimos ganha ainda mais importância no contexto do Antropoceno, pois conservamos apenas o que conhecemos (e nos reconhecemos).

Não buscamos adentrar nas minúcias do processo burocrático de patrimonialização dessas marcas pretéritas. Por outro lado, tentamos trazer elementos inerentes a essas marcas pretéritas, que podem inclusive dar base para que esses vestígios pleiteiem o título de patrimônio mais adiante. Este ponto pode ser aprofundado em estudos futuros. Ademais, o reconhecimento das marcas pretéritas presentes no PNT como patrimônio pode ser extrapolado para outras áreas protegidas no contexto da Mata Atlântica, uma vez que algumas dessas marcas não se restringem ao Maciço da Tijuca e não recebem, até onde pôde-se alcançar com esta pesquisa, a conotação de patrimônio em unidade de conservação alguma.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J.; APOLLINI, R. W. Dos ciclos da natureza à roda de Samsara: a Geografia na raiz do Budismo. **Interações: Cultura e Comunidade**, v. 5, n. 8, p. 63-78, 2010.

AZEVEDO, V. A. M. **Ewé Igbo**: árvores sagradas do candomblé no contexto socioambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BALDIOTTI, G. R. C.; SANTANA, T. R. A umbanda como patrimônio cultural material e imaterial. **Revista África e Africanidades**, v. 12, n. 33, p. 1-13, 2020.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasil, 2000.



BRASIL, L. S. C. A.; OLIVEIRA, R. R. Transformando uma muralha em fronteira: a conexão do Vale do Paraíba do Sul ao litoral no Brasil oitocentista. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 11, n. 1, p. 19-50, 2021.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, n. 34, p. 147-165, 2012.

CHUVA, M. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *In*: DUARTE, A. (Org.). **Discursos Expositivos: Como, Porquê, Para Quem?** Interseções: Rumos e Visões do Patrimônio Cultural. Universidade do Porto. Faculdade de Letras (FLUP). Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio (DCTP) /Doutoramento em Estudos do Patrimônio (DEP), 2020, p. 16-35.

CRONON, W. The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature. *In*: CRONON, W. (Ed.). **Uncommon ground: rethinking the human place in nature**. 1. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1996. p. 69-90.

CRUZ, R. C. A. “Patrimonialização do patrimônio”: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v. 16, n. 2, p. 95-104, 2012.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília, 1994.

FARIAS, T. C. **Patrimônio cultural: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial na cidade de Pombal/PB**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FERNANDEZ, V. L. E. **Geografia Histórica dos caminhos do Maciço da Tijuca: um subsídio para compreensão das dinâmicas socioecológicas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 41, n. 1-2, p. 23-32, 2001.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GUIMARÃES, A. M. **Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico do município de Iranduba, Amazonas**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HERZFELD, M. **The body impolitic: artisans and artifice in the global hierarchy of value**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil: excertos da Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1956.

ICMBIO. **Plano de Manejo Parque Nacional da Tijuca**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2008.



ICMBIO. **Visitação nas Unidades de Conservação (2000-2023)** - Consolidação - COEST/CGEUP. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoicmZjN2UtMjE4Zi00NzNjLWJjYzItNDkxYzI6MzUxIiwidCI6ImMxNGUyYjU2LWMIYmMtNDNiZC1hZDIjLTQwOGNmNmNjMzU2MCJ9> . Acesso em: 25 nov. 2024.

ICOFOM LAM. Conclusiones y Recomendaciones. ENCUENTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (1). Buenos Aires. *In: El pensamiento museológico latinoamericano* – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006, p. 17-19.

IPHAN. **O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

IPHAN. **Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/> . Acesso em: 9 ago. 2024.

JULIÁ, J. **La preservación del Patrimonio Cultural y Natural**. Buenos Aires: Gráfica Ayulén, 2000.

KROPF, M. S.; OLIVEIRA, R. R.; LAZOS-RUÍZ, A. E. Sujeitos ocultos na paisagem: desvelando a cultura material e o trabalho humano. **Estudios Rurales**, v. 10, n. 19, p. 1-20, 2020.

LAZOS-RUÍZ, A. E.; OLIVEIRA, R. R.; SOLÓRZANO, A. Buscando la historia en los bosques: el papel de los macrovestigios y de la vegetación en la Mata Atlántica. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, n. 1, p. 163-182, 2017.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e cultura**: unidades de conservação de proteção integral e populações tradicionais residentes. Curitiba: Letra da Lei, 2009.

LOUREIRO, A. C.; SOLÓRZANO, A.; RODRIGUES, A. F. **Sobre carvoeiros e jaqueiras**: transformação da paisagem e novos ecossistemas no Maciço da Tijuca. Relatório PIBIC, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

MALTA, E. Patrimonialização, sustentabilidade e consumo: a recomposição da paisagem cultural do Rio de Janeiro. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 3, p. 521-531, 2017.

MENEZES, P. C. **Trilhas do Rio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra Consultoria Editorial, 1996.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação, 2010.

OLIVEIRA, R. R. et al. Carvoarias históricas em remanescentes florestais no Sudeste brasileiro. *In: Scheel-Ybert, R. et al. (Eds.). 20 anos de Arqueobotânica no Brasil: uma disciplina em ascensão*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

OLIVEIRA, R. R.; FRAGA, J. S. Fluxos de energia, matéria e trabalho na construção da paisagem do Rio de Janeiro. *In: FRANCO, J. L. A. et al. (Eds.). História ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade*. 1. ed. Goiania: Editora Garamond, 2016. p. 35-54.

OLIVEIRA, R. R. **As marcas do homem na floresta**: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010.



- OLIVEIRA, R. R. “Fruto da terra e do trabalho humano”: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 277-299, 2015.
- OLIVEIRA, R. R.; ENGEMANN, C. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na Floresta Atlântica do Sudeste brasileiro. **Revista Esboços**, v. 18, n. 25, p. 9-31, 2011.
- OLIVEIRA, R. R.; FRAGA, J. S. Metabolismo social de uma floresta e de uma cidade: paisagem, carvoeiros e invisibilidade social no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX. **GEOPUC - Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio**, v. 4, n. 7, p. 1-18, 2012.
- OLIVEIRA, R. R.; FRAGA, J. S.; BERCK, D. E. Uma floresta de vestígios: metabolismo social e a atividade de carvoeiros nos séculos XIX e XX no Rio de Janeiro, RJ. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 8, n. 2, p. 286-315, 2011.
- OLIVEIRA, R. R.; PATZLAFF, R. G.; SCHEEL-YBERT, R. A floresta como esconderijo: Arqueologia da Paisagem na Mata Atlântica do Rio de Janeiro. **Revista Mosaico**, v. 13, p. 61-82, 2019.
- OLIVEIRA, R. R.; WINIWARTER, V. Toiling in Paradise: knowledge acquisition in the context of colonial agriculture in Brazil’s Atlantic Forest. **Environment and History**, v. 16, p. 483-508, 2010.
- OLSON, S. D. Firewood and Charcoal in Classical Athens. **Hesperia**, v. 60, n. 3, p. 411-420, 1991.
- PAES-LUCHIARI, M. T. D. Turismo e Patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. M. DE T. (Eds.). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papyrus, 2007.
- PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- PRATS, L. **Antropologia e patrimônio**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- QUEIROZ, O. T. M. M.; MORAES, C. S. B.; CASTRO, B. A. C. Turismo e patrimônio socioambiental no mundo contemporâneo. In: QUEIROZ, O. T. M. M. et al. (Eds.). **A natureza e o patrimônio na produção do lugar turístico**. Ituiutaba, MG: Barlavento, 2016. p. 6-21.
- RUIZ, J. C. ¿Hacia una nueva definición del patrimonio histórico? **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, v. 16, p. 101-106, 1996.
- SANT’ANNA, M. Patrimônio imaterial do conceito ao problema de proteção. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, p. 151-161, 2001.
- SCHEINER, T. C. H. Ocupação Humana no Parque Nacional da Tijuca: Aspectos Gerais. **Brasil Florestal**, v. 7, n. 28, 1976.
- SCHEINER, T. C. H. **Imagens do não-lugar**: comunicação e os novos patrimônios. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- SERRANO, C. M. T. Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. M. DE T. (Eds.). **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papyrus, 2007.
- SMITH, L. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.



SMITH, L. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 2, p. 1-16, 2021.

SOLÓRZANO, A. **Composição florística, estrutura e história ambiental em áreas de Mata Atlântica no Parque Estadual da Pedra Branca, Rio de Janeiro, RJ**. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOLÓRZANO, A.; BRASIL-MACHADO, A.; OLIVEIRA, R. R. Land use and social-ecological legacies of Rio de Janeiro's Atlantic urban forests: From charcoal production to novel ecosystems. **Royal Society Open Science**, v. 8, n. 6, p. 1-21, 2021.

SOLÓRZANO, A.; SALES, G. P. S.; NUNES, R. S. O Legado Humano na Paisagem do Parque Nacional da Tijuca: Uso, Ocupação e Introdução de Espécies Exóticas. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, n. 3, p. 43-57, 2018.

SOUZA, M. C. Uma visão de abrangência da gestão patrimonial. *In*: MORI, V. H. et al. (Eds.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: MinC, IPHAN, 2006.

SVORC, R. C. P. F. **Figueiras centenárias, História Ambiental e estrutura da Mata Atlântica no município de Angra dos Reis, RJ**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.

SVORC, R. C. P. F.; OLIVEIRA, R. R. Uma dimensão cultural da paisagem: história ambiental e os aspectos biogeográficos de um tabu. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, v. 32, p. 140-160, 2012.

TOURGEON, L. Do material ao imaterial. Novos desafios, novas questões. **Geosaberes**, v. 5, n. 1, p. 67-79, 2014.

TRENTIN, F. et al. Patrimônio e turismo no caminho do ouro em Paraty (Rio de Janeiro, Brasil). *In*: HENRIQUES, C. H. et al. (Eds.). **Turismo & História** – Perspectivas sobre o Patrimônio da Humanidade no Espaço Ibero-Americano. Caxias do Sul, RS: EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2020. p. 214-237.

UNESCO. **Convenção para o patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris, 1972.

UNESCO. **Conversão para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2017.

VERGER, P. F. **Ewé - O uso das plantas na sociedade iorubá**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ZANIRATO, S. H. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. **Revista Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 189-204, 2011.